

O debate em torno da questão da conversão da dívida como estímulo às exportações tem sido intenso. Palestras, seminários e discussões no próprio Governo têm sido levados a cabo, levantando-se muitos problemas para sua operacionalização. Por acreditarmos que o assunto é urgente e de extrema importância para o País e que, se viabilizado, pode se constituir num caminho importante para sairmos da crise que atravessamos, devemos voltar a abordar a questão, mostrando como contornar os problemas apontados e desmistificando algumas premissas incorretas adotadas.

Em primeiro lugar, por que a conversão da dívida em exportações?

Porque temos uma dívida externa que precisamos e pretendemos pagar. Porque o serviço desta dívida, enquanto não for paga ou atenuada, impedirá o desenvolvimento do País, prejudicando a qualidade de vida da população. Porque não produzimos dólares para pagar esta dívida, e sim bens e serviços que não são exportados em maior escala, principalmente por não terem preço mais competitivo.

Porque, inevitavelmente, estamos com uma defasagem cambial que, se mantida ou agravada, não só dificultaria o incremento de exportações, como ameaçaria a manutenção de parte das atuais. Porque, além do problema econômico, o Brasil tem o problema social. E, como o mercado interno está contido, temos que buscar no incremento das exportações os novos empregos que o País necessita.

E, finalmente, porque se gasta muito em subsídios às exportações, uma necessidade que todos os países têm para gerar as divisas que lhes permitam comprar o que não produzem. Alguns desses subsídios são bastante onerosos aos cofres do País, como crédito-prêmio e outros. O Brasil não tem condições de subsidiar mais nada. Com a conversão, trocaríamos um subsídio pago pelo Governo, muitas vezes insuficiente, apesar de oneroso, por outro instrumento muito mais poderoso, capaz de melhorar a competitividade de nossos produtos, e que seria voluntariamente dado por um banco que tem, pelo menos parcialmente, compensações fiscais.

Quanto aos problemas que, teoricamente, prejudicariam o Brasil se fosse feita a conversão, acreditamos que todos eles são contornáveis. A primeira preocupação anotada seria a de não se trocar quase US\$ 30 bilhões novos das atuais exportações pelo mesmo montante em papéis, que, por sinal, valem a metade. Estamos plenamente de acordo. A conversão deve ser aplicada apenas ao incremento determinado, com base no volume de exportações do ano anterior ou por uma média histórica de cada empresa. A Cacex tem totais condições de, em nível de empresa a empresa, estabelecer os patamares a partir dos quais se poderia usar a conversão: o órgão público já se utilizou desse tipo de controle no pas-

sado para incentivar exportações com prêmios de redução de alíquota de IPI e, mais recentemente, com aumento da quota de importações. Dessa maneira, poderíamos eliminar as saídas preconizadas para o problema de só permitir a conversão para produtos jamais exportados ou mercados jamais atingidos, que além de limitar tremendamente o universo de exportações, são facilmente passíveis de burlas e engodos através de operações triangulares ou "maquiagens" de produtos.

Outra dificuldade levantada, de ordem operacional, seria relativa ao fato de que o valor dos produtos exportados raramente seria igual ao dos títulos a serem resgatados. No entanto, isso seria facilmente superado se nossos bancos do exterior comprassem tais títulos e os dividissem nos valores solicitados, com a autorização do Banco Central.

Um dos pontos principais da argumentação em contrário à conversão é que a simples emissão de cruzados realizada para remunerar o exportador seria inflacionária. Não podemos concordar com isso.

É evidente que o aumento dos meios de pagamento tende a gerar um aumento da demanda. Ela só seria inflacionária, porém, se não for atendida. Caso seja atendida, o efeito é contrário. A economia de escala provoca um imediato barateamento dos produtos. Hoje, temos uma grande capacidade ociosa na indústria, nos setores onde essa demanda mais aumentaria. E, à medida em que essa capacidade ociosa fosse consumida, se houvesse uma coordenação e programação a médio prazo, haveria aumento da oferta para evitar o desabastecimento.

Se o argumento fosse o de que poderia haver inflação por desabastecimento, pela opção do produtor em exportar seu produto, por ganhar mais, isso também seria facilmente evitável via contingenciamento, como se fez num passado recente com alumínio, celulose etc.

Atualmente, a grande preocupação do Governo é a de que, para alguns setores, a conversão seria tão lucrativa que haveria uma "indução" à corrupção e ao desenvolvimento de pressões políticas para a aprovação de projetos de conversão. E por esse motivo que hoje a análise da conversão está parada. E continuará parada enquanto se pretender dirigi-la somente para alguns: Deve-se estabelecer normas gerais e abrir a possibilidade de exportar com conversão para todos os setores produtores de bens e serviços exportáveis. Se determinados setores são mais competitivos que outros, lá fora, e com a conversão ganhariam muito, não é problema do Governo brasileiro e sim do banco credor, que proporcionará este alto lucro com o deságio em seu crédito.

Não será por isso que o superávit em nossa Balança dará saltos insuportáveis para a economia. Acreditamos que o saldo favorável será ampliado num ritmo que será

controlado por fatores determinantes como a inelasticidade de muitos produtos (que não serão vendidos em maiores quantidades apenas por terem preços menores); como as dificuldades para abertura de novas fronteiras agrícolas e a instalação de novas fábricas; e como o contingenciamento externo de demandas de outros produtos que têm cotas estabelecidas pelos países importadores (como o aço, têxteis e outros). Além disso, podemos lembrar que o incremento das exportações provocará também um incremento de importação de insumos.

O próprio Governo deverá criar mecanismos internos de contingenciamento que evitem o desabastecimento do mercado nacional. E ainda há mais: existem outros meios dos quais as autoridades podem se utilizar para que o crescimento das exportações fique sob controle, como a delimitação clara e inequívoca de fronteiras entre os setores contemplados com a conversão, que deverão ser mais amplos e estanques. Ou, então, se o deságio for considerado em determinado instante um estímulo demasiado, basta limitar a conversão a um percentual do incremento de exportações que for conveniente.

Contemplando essa idéia de que o superávit poderia vir a tornar-se um problema, é bom também pensar nos exemplos de países, como o Japão e Taiwan, que têm enormes saldos comerciais positivos. Suas economias não foram destruídas por essas grandes reservas, muito ao contrário.

Comenta-se também que os negócios de conversão estão sendo propostos ao Governo não por exportadores e sim por "brokers" ou atravessadores. Mas este não é um problema: se o deságio permite sua remuneração, o âmbito da questão restringe-se ao banco credor.

Assim, concluindo, é necessário lembrar, para evitarmos posteriores lamentações, que quanto mais postergarmos a decisão e implementação da conversão da dívida externa em exportações, maior será o risco de perdermos essa excelente oportunidade de redenção para a economia brasileira. A chance de iniciarmos uma virada positiva está aqui e agora: aumento do número de empregos e da massa salarial, aumento da demanda, redução do preço de produtos por escala de produção, maior arrecadação fiscal do Governo, diminuição do déficit público, menor custo do dinheiro pela menor pressão ao mercado financeiro (as despesas financeiras são hoje um dos principais insumos das empresas), e em reflexo, nova possibilidade de barateamento do preço dos produtos, diminuição constante do peso da dívida e da sangria de seu serviço, e assim por diante, cada um dos fatores alimentando o outro, tornando nossa situação cada vez melhor. A percepção exata da possibilidade que se apresentam através desse instrumento de progresso é fundamental para que a conversão possa trazer rapidamente os benefícios que o Brasil precisa.

□ Aldo Lorenzetti é presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee)